

CHILE

# OS EFEITOS POLÍTICOS DA DETENÇÃO DE PINOCHET

Francisco Dominguez  
Universidade de Middlesex, Londres





detenção de Pinochet em Londres por solicitação do juiz espanhol Baltazar Garzon, para que seja extraditado e eventualmente julgado na Espanha, desnudou as limitações da mal chamada “transição democrática” no Chile. Como dissera Hernán Montealegre, fundador e ex-integrante do Vicariato da Solidariedade e militante democrata-cristão, referindo-se às declarações do presidente Frei, de oposição ao arresto de Pinochet em Londres e à sua extradição para a Espanha:

*As declarações do presidente Frei sobre o caso Pinochet comprovam que o Chile não somente não é uma democracia — porque a Constituição que nos rege não é democrática — como também tampouco vive um Estado de Direito (revista *Processo*, 25.10.98).*

Curiosamente este assassino conseguiu dividir praticamente o mundo inteiro seja a seu favor, seja contra si (o jornalista britânico Andrew Ransley escreveu, a propósito, que não sabia determinar quem era mais desprezível: se o ex-general ou seus amigos e apologistas na Grã-Bretanha: *The Observer*, 25.10.98). A atitude militante de defesa incondicional de Pinochet adotada pelo presidente Frei e pela maioria da Democracia Cristã (DC) contrasta com a mais ambígua adotada pelos socialistas da *Concertación*, coalizão de governo. Os socialistas expressaram “sua

forte insatisfação com o processo de transição, que no seu entender mantém ainda uma dívida no tema dos direitos humanos” (*El Mercurio*, 28.10.98). Estas tensões ocorrem justamente num momento de rivalidade crescente entre estes dois partidos, em razão das próximas eleições presidenciais de dezembro de 1999.

A questão é se o candidato da Concertação será um socialista ou um democrata-cristão. Os favoritos para a indicação são Rafael Zaldívar, representando os democratas-cristãos, ou Ricardo Lagos, representando os socialistas (*N.doT.: Ri-*

***A caracterização de “democradura” ou “ditabranda”, em que pese sua falta de rigor científico, é mais precisa para descrever o que existe no Chile pós-Pinochet***

*cardo Lagos, do PS, está concorrendo à Presidência do Chile, como candidato da Concertación*). Frei e a DC não esconderam seu desagrado pela ambigüidade socialista no caso Pinochet. De fato a DC buscou consolidar seu repúdio ao arresto de Pinochet e ao seu possível julgamento na Espanha, concitando o apoio do restante da direita: a União Democrática Independente (UDI), o partido pinochetista par excellence, e a Renovação Nacional (RN), que representa a direita mais tradicional. A estes últimos uniu-se o setor empresarial e, para completar o quadro, os militares,

que fizeram ruidosas ameaças.

Esta comunicação concentra-se nos efeitos políticos que a detenção de Pinochet em Londres, e os antecedentes relacionados com sua possível extradição para a Espanha, têm e estão tendo no Chile. Qualquer que seja o resultado da estadia londrinense de Pinochet, o panorama político chileno mudou qualitativamente, pondo em evidência a questão de qual “transição democrática” querem os chilenos, e mesmo se há verdadeiramente transição no Chile. Dadas as amplamente reconhecidas limitações da “transição pactada” chilena, é difícil não estar de acordo com Joan Garcés, conselheiro político de Allende, que disse: “A transição no Chile começou em 16 de outubro de 1998”.

A evidência contra Pinochet é abrumadora, há informação exaustiva dos milhares de casos de violação dos direitos humanos no Chile, e ademais *mi general* tem uma atitude de desprezo brutal pelas vítimas de seu regime. Há alguns anos, por exemplo, quando se encontrou no Chile uma fossa comum com mais de cem cadáveres, executados pelos militares, Pinochet comentou: “- Quem quer que os enterrou serviu bem à Pátria, economizando dinheiro em cravos” (*The Sunday Telegraph*, 25.10.98).

Para quem agora alega não saber nada de nada das violações de direitos humanos sob seu regime, disse num momento de honestidade: “No Chile não se move nem uma só folha sem que eu o saiba”.

Manuel Contreras, sinistro chefe da DIN, disse sobre isso, de dentro da sua cela:

*Eu sempre levei a cabo as ordens que o presidente da República me deu. Qualquer missão tinha que vir, como sempre aconteceu, do presidente da República (The Observer, 13.12.98).*

Uma das melhores análises das limitações da “transição” no Chile é provavelmente a obra de Tomás Moulián *Chile Atual. Anatomia de um Mito* (Lom Arcis, 1997), que dissecou o chamado “modelo chileno”. Moulián considera “ao Chile atual como uma produção do Chile Ditatorial” (op. cit., p.15). Não se trata aqui de realizar nem sequer uma síntese de tão formidável obra — nem o espaço, nem o caráter dessa comunicação o permitem — porém é pertinente resumir a tese central de seu ensaio, que se organiza ao redor da idéia do que Moulián chama “transformismo” ou, inclusive, mais acertadamente, “gatopardismo” (“uma alucinante operação de perpetuação que se realizou através da mudança do Estado”, op. cit., p. 145, o segundo termo fazendo alusão à magnífica novela de Lampedusa, *Il Gattopardo*).

Transformismo refere-se

basicamente “ao longo processo de preparação, durante a ditadura, de uma saída da mesma ditadura destinada a permitir a continuidade de suas estruturas básicas sob outras roupagens políticas, as vestimentas democráticas” (op. cit., p. 145). Ou seja, o Estado sofreu importantes modificações porém manteve inalterado um aspecto substancial: o regime de poder muda — de uma ditadura a uma certa forma de democracia, substituindo inclusive os políticos nos postos de comando do Estado — mas o bloco dominante não muda (op. cit., p. 145).

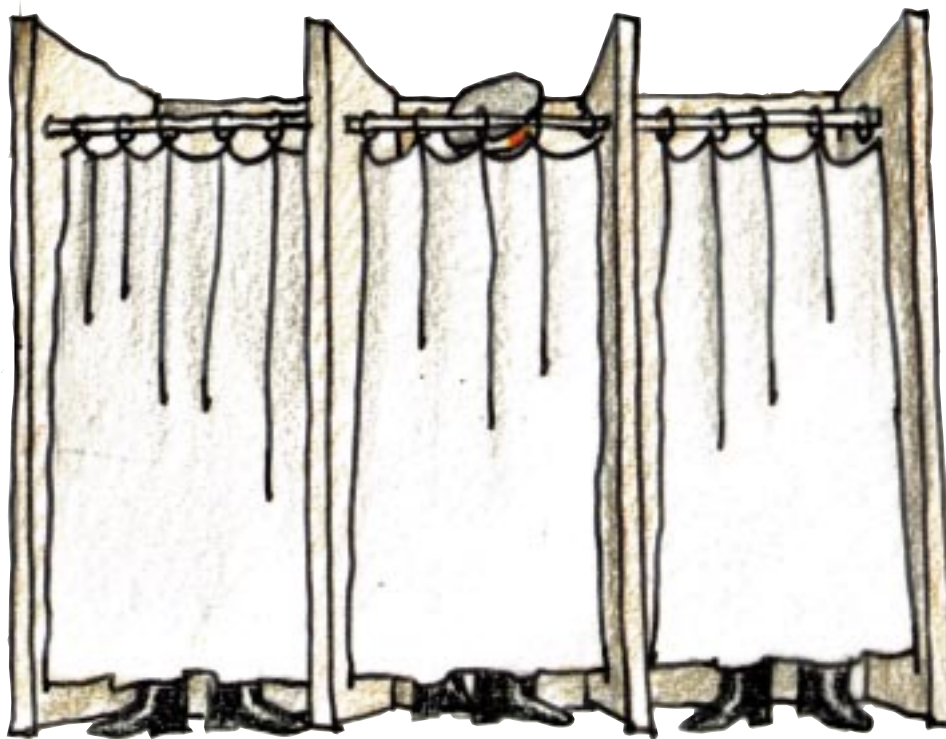
A rigor, não há mudança essencial nos postos de comando do Estado, mas sim nos de Governo (de toda forma o ponto é válido). Aspectos centrais na evolução do processo transformista são a Constituição de 1980 e, em 1988, a “absorção da oposição no jogo de alternativas definidas pelo próprio regime e legalizadas” na mesma Constituição

de 1980 (op. cit., p. 146). Porém, a institucionalidade política emergente era somente um meio para obter objetivos de muito maior alcance: instituir um sistema político que permitisse a continuidade da liderança neoliberal ou, caso fracassasse essa opção, assegurar que qualquer governo garantisse a reprodutibilidade, a continuidade do modelo sócio-econômico criado durante a ditadura... (op. cit., p. 147)

A julgar pelo apego dos governos da Concertação (incluída a maioria dos socialistas) ao modelo neoliberal e a suas políticas, não cabe dúvida de que a respeito desse objetivo central o êxito foi completo.

Tal institucionalidade não poderia ser criada sem a manutenção de continuidades decisivas, continuidades que impedem caracterizar o Chile como uma democracia. Isto não significa não reconhecer a derrota eleitoral da ditadura em

1988-89, nem tampouco minimizar os progressos democráticos alcançados no Chile. Porém, a continuidade do modelo neoliberal requer, por necessidade imperiosa, a manutenção de instituições-chave, tais como o



Banco Central, fora da órbita eleitoral, assim como também deixar fora do escrutínio democrático-popular o essencial da política econômica. Neste sentido, o sistema pós-ditadura foi apelidado de “neoliberalismo com face humana”. Ou seja, o bem sucedido transformismo só humanizou um sistema político que tem muito de autoritário, burocrático e até mesmo ditatorial. A caracterização de “democradura” ou “ditabranda”, em que pese sua falta de rigor científico, é sem dúvida mais precisa para descrever o que existe no Chile pós-Pinochet.

Em primeiro lugar, o que se costuma chamar “o pinochetismo feito lei”, e que se refere a “novas vinculações hierárquicas no interior dos distintos ramos das Forças Armadas” que converteu a “lealdade ao comandante-em-chefe”

em elemento central na carreira dos oficiais de alta patente. Para isso estabeleceu-se uma Junta de Seleção Extraordinária de Oficiais cuja intervenção é equivalente a um comissariado político cuja convocatória (seus vereditos são inapeláveis) está em mãos do comandante-em-chefe. Tudo isso no contexto de uma modificação substancial dos sistemas para as qualificações, designações e promoções, desenhada para aumentar a autonomia das instituições castrenses das autoridades civis, para determinar o desenvolvimento das carreiras militares dos oficiais de toda patente (Dauno Totoro, “Leyes se-

cretas de Pinochet”, *Punto Final*, 28.8.98). Dado o compromisso da alta hierarquia militar com o modelo e sua institucionalidade, é improvável que, com tal controle férreo sobre as promoções, surja a curto prazo uma nova geração de oficiais com mentalidade mais “profissional” e menos politizada.

As Forças Armadas fizeram uso liberal dos recursos fiscais da nação em seu próprio benefício

*As Forças Armadas fizeram uso dos recursos fiscais da nação em seu próprio benefício em níveis sem precedentes, recorrendo a decretos e leis secretas para movimentar milhões de dólares*

em níveis sem precedentes. Durante o governo de Patricio Alwyn, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados solicitou e obteve um informe da Controladoria da República a respeito das leis secretas do regime de Pinochet. Segundo a relação da Controladoria, entre setembro de 1973 e os últimos dias da ditadura militar foram formalizados 132 decretos-leis e leis secretas. Uma parte importante delas “refere-se a forte movimentação de verbas no interior dos diferentes ramos da defesa, sem que se explique sua finalidade ou destino”. Um só destes decretos-leis (nº 2330, de

8.9.1978) outorga um aporte extraordinário de US\$ 12 milhões ao Conselho Superior de Defesa Nacional para entregar US\$ 5 milhões ao Exército, US\$ 3 milhões à Armada e US\$ 4 milhões à Força Aérea. Outro dos decretos-leis secretos (nº 3527, de 12.12.1980) destina US\$ 50 milhões ao Ministério da Defesa Nacional “com o fim de cobrir a diferença gerada pela aquisição de material bélico [sem maior detalhe]”. Finalmente, e só para exemplificar, outro destes decretos-leis (nº 18090, de 30.12.81) designa 100 milhões de dólares ao Ministério da Defesa Nacional (Totoro, op. cit.).



A maior dificuldade com tais transferências de fortunas fiscais aos militares é não somente seu caráter ilegítimo, mas também sua irregularidade.

Por isso, os militares emitiram um conjunto de leis secretas pelas quais obtinham 10% do “ingresso total em moeda estrangeira pela exportação da produção de cobre”. O decreto-lei nº 239 (31.12.1973) especificava que se a cifra resultasse menor do que US\$ 90 milhões, “a diferença deveria ser completada pelo Fisco”. A lei nº 18.445 (14.10.1985) aumentou essa cifra para US\$ 180 milhões, e, pouco antes de abandonar o controle formal do governo, Augusto Pinochet promulgou outra lei secreta aumentando o piso novamente para US\$ 210 milhões. Ademais, o decreto-lei nº 470

(22.5.1974) especificava que

*As entregas de fundos [...] deverão fazer-se de forma reservada; serão mantidas em contas secretas, contabilizadas de forma reservada e sua aplicação [...] dar-se-á mediante decretos supremos reservados, isentos de exposição de motivos e de referência. (Totoro, op. cit.)*

Ou seja, os militares como instituição forçaram sua integração ao sistema econômico como beneficiários da rubrica de exportações que concede os maiores aportes de verba à nação.

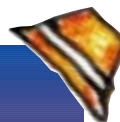
Talvez um dos mecanismos mais efetivos, até agora, do continuísmo pinochetista sob o regime de transição seja a cláusula da Constituição de 1980 que permite a nomeação não eletiva de nove senadores, ou “designados”. Isto assegura que exista no Congresso da nação uma maioria de fato cuja função é bloquear qualquer iniciativa orientada a dismantelar as continuidades que mantêm a impunidade e o neoliberalismo.

Isto significa concretamente, entre outras coisas, que “três milhões e meio de cidadãos elejam em Santiago quatro senadores, o mesmo número que designa o Conselho de Segurança Nacional integrado por oito membros” (artigo de Agustín Squella, *El Mercurio*, 5.11.98). Este se combina com o sistema eleitoral binominal, cuja função é recompensar “de um modo exorbitante” as segundas minorias (Moulián, op. cit., p. 50). Quer dizer, os militares

garantiram com isso um altíssimo nível de representação e influência política em órgãos parlamentares chave, a partir dos quais podem defender e promover a “obra militar”. O sistema binominal também assegura uma sobre-representação exorbitante aos partidos de direita.

Foram outorgadas, além disso, posições constitucionais chave às Forças Armadas no aparato do Estado, como no Conselho de Segu-

tinha uma limitação fundamental: nomear as vítimas, porém não os responsáveis. A ironia era que o Informe Rettig seria a base para levar a juízo os responsáveis pelas violações dos direitos humanos durante a ditadura. Ademais, Pinochet já havia decretado uma anistia pelos crimes cometidos antes de 1978 (decreto-lei 2.191, de 1978, que impede processos contra pessoas implicadas em determinados delitos cometidos entre 11.9.73 e 10.3.78: *Punto Final*, 10.9.98), a qual foi ratificada pela Corte Suprema durante o mandato de Patricio Alwyn. O Informe Rettig racionalizou legalmente o desejo político do governo: apresentar um informe político imaculado em seus detalhes sobre os crimes cometidos durante a ditadura como um mecanismo catártico so-



*Para a Democracia Cristã (DC), o conjunto da direita, a classe empresarial chilena e as Forças Armadas, trata-se de impedir que a “transição” progrida e coloque em risco o modelo*

rança Nacional. A Constituição de 1980 lhes dá a condição de fiadores últimos da institucionalidade vigente, “portanto, de determinar quando a existência de conflitos ou de uma crise fariam exigível sua participação como protetoras da ‘essência’ do sistema” (Moulián, op. cit., p. 50). Em outras palavras, as Forças Armadas gozam do direito constitucional de determinar quando é necessário intervir com outro pronunciamento, como o fizeram numa aziaga manhã de setembro de 1973.

A função da Comissão Rettig, que investigou as violações dos direitos humanos durante a ditadura,

cial, ao mesmo tempo que fugia da questão central de justiça para as vítimas e castigo para os culpados.

Assim, a institucionalidade herdada da ditadura é na realidade uma camisa de força que não só impede qualquer progresso na democratização do país, como também perpetua (e promove) “legitimamente” estruturas essenciais do sistema pinochetista.

A detenção de Pinochet em Londres evidenciou gigantescas fissuras no interior da Concertação: a maioria dos dirigentes da DC se opõe com pertinácia a qualquer mudança política na relação entre civis e militares estabelecida

desde a presidência de Patricio Alwyn em 1989, enquanto os socialistas, em geral, apoiaram a detenção, a extradição e seu julgamento na Espanha. Altas personalidades da DC criticaram duramente a atitude socialista. O senador Rafael Moreno, secretário nacional da DC, por exemplo, disse: “Quando se tem a tarefa de conduzir o país, se tem que estar *en las duras y en las maduras*” (*El Mercurio*, 4.11.98). O mais significativo desta fissura política na Concertação é que a DC e o governo foram buscar apoio para a defesa de Pinochet no resto da direita, incluídos os militares.

Para demonstrar seu apoio ao general o governo retirou seu embaixador em Londres, suspendeu todas as visitas oficiais chilenas ao Reino Unido e, obviamente sob a pressão dos militares, cancelou compras de armas ao Reino Unido no valor de 100 milhões de libras esterlinas (*The Independent*, 10.12.98; *The Financial Times*, 14.12.98; *Sunday Business*, 13.12.98).

O que está verdadeiramente em jogo, que explica todas essas manobras, é o caráter da “transição”. Para a DC, o conjunto da direita, a classe empresarial chilena e as Forças Armadas, trata-se de impedir que a “transição” progrida, seja resolvendo as questões pendentes relacionadas com as violações dos direitos humanos sob a ditadura, ou com a democratização da institucionalidade her-

dada do pinochetismo, seja com sua reforma ou abolição.

Alega-se com vigor inusitado que a detenção de Pinochet em Londres, e, pior, sua possível extradição para a Espanha e subsequente julgamento, poriam em perigo a “transição pactada” e seus consensos. Justifica-se esta posição com o argumento de que a “oposição ao governo militar devia aceitar, por razões de realismo político, a Constituição feita aprovar pelo regime em 1980 [...] o sistema

***O Partido Socialista,  
diferentemente dos seus ministros,  
interpôs ação judicial contra  
Pinochet, a quem acusa de ser  
responsável pela morte de quatro  
de seus dirigentes, em 1973***

eleitoral, o Tribunal Constitucional, o Conselho de Segurança Nacional, as faculdades do Presidente em relação às Forças Armadas, a composição do Senado e outras” (Agüero, professor de Ciência Política da Universidade de Miami, manifestou essa opinião em *El Mercurio*, 20.11.98).

Esta parece ser a única defesa possível de Augusto Pinochet, pois até agora ninguém se atreveu a sustentar sua inocência. O governo, arrastando a um recalcitrante Partido Socialista, chegou até a solicitar ser parte “interveniente” na nova fase do processo de Pinochet na Câmara dos Lordes, anunciando

do que para defender Pinochet seriam reiterados ante os lordes os princípios da imunidade soberana, territorialidade da lei e soberania de jurisdição, que excluem terceiras nações de processar atos que tenham sido cometidos no Chile (*La Tercera*, dossiê Pinochet, <http://www.tercera.cl/casos/pinochet/pinochet588.html>).

E se persistisse alguma dúvida do compromisso do governo de defender Pinochet, o vice-presidente da República, Raul Troncoso, logo após a declaração de Jack Straw declarou que o governo “utilizará, tal como fez desde o início, todos os meios a seu alcance para reverter esta situação” e obter o regresso do “senador Pinochet” para o qual “buscamos para estas gestões o respaldo de todas as forças políticas, e o compromisso de toda a sociedade” (*La Tercera*, dossiê Pinochet). Quer dizer, a DC, a direita do empresariado e as Forças Armadas, utilizando o argumento da violação da soberania nacional, embarcaram no intento de criar um novo consenso político para defender a “democradura” chilena.

Os socialistas da Concertação, à diferença de seus coligados cristãos, adotaram uma atitude mais ambígua, que não satisfaz nem a seus partidários nem aos detratores da extradição e julgamento de Pinochet. A posição dos ministros socialistas foi de um apoio incondicional à tese de Frei de que a detenção de Pinochet em Londres

viola a soberania nacional e daí sua oposição ao julgamento do ex-ditador nos tribunais espanhóis (ou de qualquer outro país que não seja o Chile), porém ao mesmo tempo insistem que tal posição não deve por nenhum motivo confundir-se com a defesa política de Pinochet.

Ou seja, o PS está de acordo com as acusações de genocídio, tortura e terrorismo que Pinochet enfrenta nos tribunais da Espanha. A posição incrivelmente militante adotada por Frei e seus correligionários democratas-cristãos levou o governo, até, a negar informações-chave aos ministros e dirigentes socialistas a respeito das estratégias que o governo pretende seguir (*El Mercurio*, 4.1.99. É de supor-se, apesar disso, que a alta hierarquia militar teve acesso a esses documentos.) Porém é no próprio Partido Socialista que a Concertação enfrenta as maiores dificuldades.

No dia 28 de agosto de 1998, diferentemente dos ministros socialistas, o Partido Socialista, por meio de seu então presidente, Camilo Escalona, interpôs uma ação judicial (de um total de 12 neste momento nos tribunais do país) contra Pinochet, a quem, junto a outro general, acusa de ser responsável pelas mortes de quatro de seus dirigentes, ocorridas no norte do país em 1973 (*La Tercera*, dossiê Pinochet). Ademais, dois mi-

litantes socialistas contraditaram publicamente a posição oficialista indo a Londres declarar ante os lordes, para obter a extradição de Pinochet. Foram os deputados socialistas Isabel Allende, filha de Salvador Allende, e Juan Pablo Letelier, filho de Orlando Letelier, assassinado em Washington pela DINA muito provavelmente por ordens diretas de Augusto Pinochet. Eles agradeceram ao mundo “o repúdio ao ditador e a denúncia dos crimes contra a humanidade cometidos no Chile, que a direita esconde embaixo do tapete” (*Punto Final*, 4-17.12.98). A isto junta-se a posição do senador socialista Ricardo Nuñez, atual presidente do PS, que declarou:

*É uma vergonha que no exterior preocupem-se mais do que nós e que tentem fazer uma justiça que no Chile diluiu-se em processos intermináveis, ou por efeitos da anistia que foi um autoperdão que se concede-*

*ram os algozes (Punto Final, 4-17.12.98).*

Finalmente, em outubro de 1998, os dirigentes socialistas encabeçados por Escalona se reuniram com dois dirigentes comunistas, em uma reunião bastante divulgada, na qual se discutiu especificamente o caso Pinochet. A reunião chegou à conclusão “de que o ex-comandante em chefe do Exército deve ser julgado por tribunais espanhóis por violação dos direitos humanos” (*El Mercurio*, 23.10.98). A pressão no interior do PS cresceu a um tal nível que o governo decidiu abandonar o argumento da imunidade de Pinochet como chefe de Estado no momento em que se cometeram as atrocidades (*El Mercurio*, 3.1.99). A coroação desta atitude socialista foi a proposição de Lagos de criar um pacto nacional para julgar Pinochet no Chile (*El País*, 30.11.98), o que obviamente aumentou as tensões no interior da Concertação.

As diferenças quanto ao caso Pinochet desde então aprofundaram-se, tanto no interior da Concertação quanto entre o governo e o restante da esquerda. Uma manifestação planejada em Santiago de apoio à causa dos direitos humanos, que teria lugar em novembro do ano passado, foi cancelada por Frei. O primeiro ataque veio da DC, que solicitou ao restante



dos participantes o cancelamento da manifestação para impedir o aumento da polarização política no país. A reação dos socialistas, comunistas, humanistas e verdes foi de realizar a manifestação de todas as maneiras. Até a Juventude DC discrepou publicamente de seu partido e declarou seu apoio incondicional à manifestação (*El Siglo*, 20-26.11.98). Logo a DC tentou de vetar a participação dos comunistas, o que levou o PC a declarar que assistiria a manifestação com ou sem convite, uma vez que a causa dos direitos humanos é de todos. Finalmente, o governo, instigado essencialmente por seu elemento DC, decidiu retirar a permissão e a manifestação não pode realizar-se.

A direita chilena, como era de esperar-se, lançou-se à defesa incondicional de Pinochet tratando, simultaneamente, de exacerbar as diferenças entre socialistas e democratas-cristãos. O objetivo estratégico da direita, mais do que a defesa de Pinochet, é recuperar o governo. *El Mercurio* expressou o num editorial, com clareza:

*Se esta unidade da direita (UDI, RN) pode ser-lhe útil a seus projetos, é assunto que está por ver-se... [pode ser] que a unidade alcançada favoreça uma ação política mais contundente no futuro. (21.10.98)*

A maior dificuldade que a direita enfrenta para alcançar este ansiado objetivo é que, diferentemente da DC, não conseguiu obter uma base social popular. Sem dúvida a UDI avançou neste sentido,

porém no que respeita à RN sua base eleitoral é não somente tradicional (burguesia industrial, comercial e agrária e pequena burguesia acomodada), como também foi-se reduzindo firmemente. O *affaire* Pinochet uniu RN e UDI, que declararam publicamente sua aliança eleitoral em torno de Julio Lavín, candidato da UDI, demonstrando com isto o declínio da direita tradicional e o ascenso do elemento pinochetista.

O grande problema para a di-

*O objetivo estratégico da direita chilena, mais do que a defesa de Pinochet, é recuperar o governo.*

*Por isso trata de exacerbar as diferenças entre socialistas e democratas-cristãos*

reita chilena é que, independentemente da capitalização exitosa que faça no Chile da detenção de Pinochet, isso não é de nenhuma maneira suficiente para assegurar-lhe o triunfo eleitoral. Seu escolhido Lavín tem cerca de 15% das preferências eleitorais. A divisão da Concertação melhoraria suas possibilidades eleitorais, porém o grande risco seria que o candidato socialista, Ricardo Lagos, converta-se ou no presidente da República já no primeiro turno, algo improvável, ou no vitorioso do segundo turno.

Por outro lado, o candidato da DC, Rafael Zaldivar, membro da

ala direita do partido, tem poucas possibilidades de triunfar caso se apresente sozinho, pois as últimas pesquisas indicam que obteria apenas uns 17%, enquanto Lagos, sozinho, obteria 30% dos votos (*La Tercera*, 5.1.99). Assim, a única possibilidade que a direita tem para retomar o governo seria fazer uma aliança com a DC, reorganizando as bases políticas do governo em uma coalizão de centro-direita. Na DC, Zaldivar, conjuntamente com Enrique

Kraus, dirige e representa uma corrente que desde 1997 vem argumentando que o partido adote esta linha. Considera-se Frei parte da ala direita da DC.

Em uma palavra, as alianças políticas que Frei buscou para defender Pinochet não são mais do que a evolução lógica de um processo político que

já estava em incubação. É interessante notar que a DC novamente volta a cumprir o papel político de legitimar e viabilizar os objetivos da direita chilena. Já cumpriu esse papel em 1970-73, quando se aliou com a direita golpista na Confederação Democrática (CODE), coalizão que com o concurso ativo da DC propiciou o sangrento golpe de Estado que derrubou o governo de Salvador Allende e resultou na ditadura de Pinochet.

Neste sentido, é de notar a flexibilidade de Genaro Arriagada, um dos intelectuais de maior estatura da DC — dirigente da campanha pelo “Não” que derrotou Pi-



nochet no plebiscito de 1988 e autor de um livro formidável, *The Politics of Power: Pinochet* (Unwin and Hyman, Boston, 1988) — e que, como embaixador do Chile nos Estados Unidos, escreveu artigo defendendo a tese governista da territorialidade, porém usando como argumento central que não há solução judicial para os problemas da transição no Chile, de tal maneira que estamos obrigados a “aceitar a justiça, porém limitá-la ao possível” (*El Mercurio*, 28.10.98). Em uma palavra, Arriagada está a favor da impunidade para Pinochet, que é a verdadeira posição da grande maioria da DC.

Da mesma maneira, Patricio Alwyn também repetiu os argumentos de Arriagada. Talvez mais significativamente, Raúl Rettig, integrante central da Comissão Verdade e Reconciliação (CVR), expressou sua oposição pública aos argumentos de Garzón — que baseia sua acusação contra o ex-general em grande medida no Informe da CVR que Rettig presidiu — para extraditar Pinochet a fim de julgá-lo num tribunal espanhol, dizendo: “Juridicamente, os delitos cometidos em um território são julgados ali” (*El Mercurio*, 27.10.98).

No processo de reorganização política da direita é necessário integrar na análise a participação política ativa do elemento militar como um de seus componentes. Assim, por exemplo, a 21 de outubro de 1998, 1 200 oficiais (incluindo 23 generais) e suboficiais reu-

niram-se com o comandante em chefe, Ricardo Izurieta, reunião em que o tema único foi a detenção de Pinochet (*Proceso*, 25.10.98). Os militares, por meio do general da reserva Eugenio Videla, acusaram aos socialistas, em carta pública, de que sob a pretensão de julgar Pinochet o que realmente buscam é “destruir toda a obra das Forças Armadas e Carabineiros” (*La Tercera*, dossiê Pinochet). Como assinalou um diário espanhol:

*Pinochet é o símbolo da impunidade e institucionalidade de que gozam as Forças Armadas e a identificação destas com o ex-ditador é quase total*

*A detenção do ex-ditador revelou que a suposta divisão entre pinochetistas e institucionalistas não corresponde à realidade. Com o general Izurieta à cabeça, os militares chilenos professam uma lealdade inquebrantável ao antigo chefe...* (*El País*, 30.11.98).

Isto é, os militares tanto como os partidos de direita são uma força política deliberativa, ativa e integral da defesa do continuísmo.

Como se fosse necessária uma prova dessa realidade, em novembro do ano passado os comandantes em chefe impuseram ao presidente Frei uma reunião do Conselho Nacional de Segurança, na

qual o comandante em chefe das Forças Armadas, general Izurieta, “propôs um conjunto de medidas destinadas a endurecer a posição do governo” em defesa de Pinochet (*Punto Final*, 11.98, p. 4). Este é o símbolo da impunidade e institucionalidade de que gozam as Forças Armadas e a identificação destas com Pinochet é quase total. Neste contexto há que mencionar a ata firmada pelo Corpo de Generais na plenária que designou Pinochet comandante em chefe benemérito, solenizada na cerimônia do 7 de março [de 1998] em que a instituição comprometeu sua lealdade e apoio ao que fora comandante em chefe por vinte e cinco anos e ditador durante dezesete. (*Punto Final*, 11.98, p. 4)

Ademais, o Exército respaldou Pinochet em declaração pública, assinalando que a situação que o afeta é inaceitável “e que recorrerá a todos os meios jurídicos, diplomáticos e de governo para superar o fato” (*El Mercurio*, 18.10.98). Se ainda restasse alguma dúvida quanto ao nível de autonomia política das Forças Armadas, que atuam como um quase-partido político, unilateralmente cancelaram viagens à Grã-Bretanha e à Espanha em protesto contra a detenção de Pinochet em Londres, além de obrigar o governo a anular ordens de compra de navios de guerra e outros armamentos na Inglaterra e Espanha.



Na declaração que informava da decisão, e em não muito velada referência aos socialistas, condenava-se a “certos” atores da sociedade, que sustentam uma linha à parte da do governo, e reiterava-se o apoio “institucional” a Pinochet (*El Mercurio*, 21.10.98). Sob o regime político que antecedeu a ditadura pinochetista, tal nível de autonomia e atuação política independente por parte das Forças Armadas era simplesmente impensável. Isso revela até onde progrediu a chamada transição democrática.

Adicionalmente, como parte da ofensiva da direita chilena, é necessário integrar os dirigentes das instituições-chave do sistema político herdado de Pinochet. Assim, por exemplo, o presidente da Corte Suprema, Roberto D'Ávila, uniu-se ao coro dos que saíram a defender a “soberania nacional” e Pinochet, assinalando que “só os tribunais nacionais podem julgar delitos cometidos no Chile”. O mesmo fez o

blica, Arturo Alwyn, que baseou a defesa de Pinochet na imunidade diplomática que este haveria tido ao ingressar na Inglaterra (*El Mercurio*, 21.10.98).

Naturalmente, a institucionalidade legada pela ditadura sai à defesa de seu arquiteto principal. O maior temor é de que o ajuizamento do ex-ditador desencadeie uma dinâmica que leve a uma reestruturação substancial do aparato do Estado, incluído o Poder Judicial, o que debilitaria a manutenção do modelo neoliberal.

Como era de esperar-se, o empresariado também saiu à defesa de Pinochet. Apesar disso, seu objetivo, mais que a defesa do ex-ditador, é a segurança de que não haverá mudanças na institucionalidade existente, que lhe tem sido benéfica. Pablo Zalaquet, presidente da Geração Empresarial, uma organização de empresários chilenos, disse que “se Pinochet não regressa e Lagos é eleito [nas próximas eleições] a

classe empresarial não lhe fará a vida fácil [a Lagos]” (*The Financial Times*, 11.12.98). Ligar as duas questões indica que o empresariado chileno também vê a recuperação do governo para a direita como uma das questões centrais da política chilena.

Uma das vozes discordantes neste coro sicofântico foi a do arcebispo de Santiago, Francisco Javier Errázuriz, que em nome do episcopado chileno expressou-se assim:

*Se em nosso país se houvesse colaborado realmente com a Justiça e se houvessem podido julgar determinados casos (de violação de direitos humanos) de cidadãos chilenos, e inclusive de outros países, e se se tivesse castigado o que era contrário à Justiça, nunca se haveria produzido um fato como o que atualmente estamos vivendo.*

A classe alta chilena, por seu turno, reagiu com rapidez e fúria esperadas, quando anunciou com



estardalhaço que boicotaria os produtos ingleses, recusando daí para a frente beber o uísque dessa nação. Apesar disso, as medidas do governo chileno em represália ao anúncio feito por Jack Straw não tiveram nem terão maiores conseqüências, indicando que a defesa da soberania nacional não é seu problema crucial.

A posição de conjunto da direita não governamental (UDI, RN, empresários e militares) foi de uma aberta chantagem política de que a extradição de Pinochet põe em perigo a transição democrática (*The Financial Times* de 17.11.98, por exemplo, revela ameaças feitas por um oficial da Marinha durante uma recepção diplomática). Quer dizer, a direita estaria disposta a renegar sua parte no acordo de respeitar o pouco

*Os golpistas chilenos procuram reorganizar-se por meio de recomposição com a DC: empresários e militares propuseram a Eduardo Frei que emende a Constituição para reeleger-se*

de democracia que se conseguiu no Chile pós-ditadura, se se chegar ao julgamento de Pinochet.

Em outras palavras, a ameaça é de realizar um golpe de Estado. Não existe, provavelmente, nenhuma condição para isso no momento, porém a burguesia chilena demonstrou o que é capaz de fazer quando seus interesses estão em perigo. De todo modo, o governo está fazendo exatamente o que as Forças Armadas querem.

A DC, por meio de seu presidente, Enrique Kraus, emitiu uma declaração-resposta à carta de Pinochet de 22 de dezembro de 1998. Em essência, a DC pede perdão pelos erros de conduta e omissão que pode haver cometido e que pudessem haver provocado “efeitos não desejados em alguns chilenos”. O documento chama a realização de um plebis-

cito para configurar um novo acordo nacional que permita fazer justiça e verdade em matéria de direitos humanos (*La Tercera*, dossiê Pinochet). No documento em preparação pela Concertação, endossa-se o chamado da DC a impulsionar um novo acordo nacional. A direita, assim como a DC, está empenhada em impedir o triunfo de Lagos e faz tudo que esteja ao alcance de sua mão para atrair a DC e separá-la de seus sócios socialistas (*The Economist*, 19.12.98, p.79).



A DC está preparando o terreno para a criação das bases para um consenso com a direita, que os ministros socialistas no governo parecem apoiar, ainda que não o partido. De todo modo, a situação eleitoral para a Concertação é difícil, pois espera-se que a economia cresça apenas 1% neste ano; o preço do cobre, principal produto de exportação, despencou (em grande medida devido à crise no sudeste asiático); o conjunto do país está afetado por uma seca pertinaz que tem consequências negativas nas exportações agrícolas e que poderá, mesmo, reduzir a geração de eletricidade (*The Economist*, 19.12.98, p. 79).

Por fim, a imprensa chilena informou sobre a reunião entre a Sociedade de Fomento Fabril (Sofofa, organização de empresários) e o presidente, na qual a entidade propôs a Frei a possibilidade de emendar a Constituição e permitir-lhe assim um segundo mandato. A pré-condição para que a Sofofa apóie tal solução é a expulsão dos socialistas do governo, e a criação de uma aliança de centro-direita.

Também falou-se de uma proposição similar feita pelas Forças Armadas. A direita, incluída a DC, quer assegurar sua “transição a nenhuma parte”, impedindo que Lagos seja o presidente da República em dezembro de 1999.

A detenção de Pinochet em Londres e seus efeitos políticos no Chile confirmaram amplamente uma manchete da revista *Punto*

*Final*: “A transição não resiste à justiça”. Será que não há Outono para este patriarca, nem justiça para o Chile?

Não sabemos, no momento de escrever, qual será o resultado dos processos legais em Londres. Sabemos que, não obstante a condenação mundial generalizada de Pi-

*Será que não haverá Outono para este Patriarca, nem justiça para o Chile? Enquanto não houver, continuará sendo uma sociedade traumatizada*

nochet, e o desejo de muitas nações de julgar ao ex-tirano, o governo chileno da Concertação está providenciando as cartadas que impeçam que este (e muitos outros assassinos que todavia passeiam livre e impunemente pelas ruas do Chile) sejam levados a juízo, e se faça assim, de uma vez por todas, justiça. Enquanto ela não ocorre, o Chile continuará sendo uma sociedade traumatizada e em dívida consigo mesma.

A DC no governo realizou em menos de dois meses mais gestões e demonstrou maior vigor na defesa do ex-ditador do que fez pelas milhares de vítimas da ditadura. Por isso custa a crer nas declarações do presidente Frei na cidade do Porto (Portugal), na VIII Cúpula Íbero-Americana, onde o surpreendeu a notícia da detenção de

Pinochet, em outubro de 1998: “Os chilenos devem ser julgados no Chile” (*El Mercurio*, 19.10.98).

O chanceler José Miguel Insulza foi a figura-chave na ofensiva diplomático-política da administração Frei para defender Pinochet. Por isso, várias federações de estudantes universitários pediram sua renúncia por considerar que “o governo, através de sua pessoa, se faz cúmplice e acobertador do acusado Pinochet” (*El Mercurio*, 20.10.98).

Agora mesmo a DC está atuando para inibir (já que não pode suprimir) a realização de campanha política pelo julgamento dos torturadores. Em reação à propaganda eleitoral utilizada pelo comando juvenil da candidatura presidencial de Ricardo Lagos (“Os torturadores vão votar! Derrote-os com teu voto. Junta-te à força de Lagos”), a DC criticou publicamente tais slogans (*La Tercera*, 5.1.99). Isso quando uma pesquisa demonstrou que dois terços dos chilenos consideram que Pinochet é passível de culpa e que deveria ser julgado no Chile.

A mesma sondagem indicou que Lagos tem 32%, Lavin, da direita, 15%, e Zaldivar, da DC, 17% (*The Financial Times*, 3.12.98).

E este é o problema central: com Pinochet na Espanha ou de volta ao Chile, um triunfo de Lagos pode desencadear processos de democratização inaceitáveis para o modelo neoliberal e... para o continuísmo pinochetista. **RA**